

# DESIGUALDADES DE GÉNERO EM CONTEXTOS RURAIS EM MOÇAMBIQUE

## ESTUDOS DE CASO EM LOCALIDADES NA PROVÍNCIA DE NAMPULA<sup>1</sup>

Aleia Rachide Agy

### INTRODUÇÃO

Nos países africanos, em geral, e na África Austral, em particular, as desigualdades de género têm sido discutidas tendo em conta os papéis sociais, a gestão dos rendimentos, as disparidades no acesso à educação, à saúde, aos recursos, à informação e à comunicação, bem como a participação nos processos de tomada de decisão.

Nas abordagens sobre desigualdades sociais em Moçambique constata-se que a mulher constitui, frequentemente, o actor mais fraco, particularmente no que respeita ao acesso a recursos, como rendimento ou terra, ou ao nível da participação cívica e comunitária.

Apesar de as mulheres rurais realizarem muitas horas de trabalho na actividade agrícola, em termos de acesso e controlo de bens, tecnologias, insumos e serviços necessários para o desempenho e facilitação dessas tarefas, as mulheres aparecem desfavorecidas. A falta de segurança das mulheres em relação à posse da terra, a concentração dos serviços de extensão na figura masculina (Valá, 2006: 113), as barreiras para a obtenção do crédito comercial e outras formas de discriminação constituem factores determinantes para colocar a mulher no círculo vicioso de baixo rendimento, baixa produtividade, cargas laborais elevadas e saúde deficiente.

Os rendimentos baixos (e incertos) das mulheres estruturam-se noutros factores socioeconómicos e culturais, muitos dos quais são importantes para compreender a sua vulnerabilidade.

Os distritos de Monapo e Nacarôa, localizados na província de Nampula, caracterizam-se pela presença de comunidades matrilineares. Todavia, verificam-se fortes mudanças, relacionadas com o casamento, contrariando o princípio verificado por Geffray (1990), matrilocal, segundo o qual, após o casamento, o homem se muda para a aldeia da mulher. Com efeito, nos distritos em estudo, após o casamento, o casal passa a residir nas terras do homem e, mesmo nos casos em que vive algum tempo na zona da mulher, posteriormente o casal transfere-se para as

<sup>1</sup> Apresentação feita pela autora na conferência “Desafios da investigação social e económica em tempos de crise”, organizada pelo IESE, em Maputo, 19-21 de Setembro de 2017.

terras do marido ou para as chamadas “zonas neutras”<sup>2</sup>, facto que foi igualmente constatado por Osório (2006).

Osório (2006: 9-13) explica que esta situação reflecte a perda de influência das estruturas familiares, uma vez que o abandono da matrilinearidade reforça o modelo patriarcal e se traduz num enfraquecimento dos laços entre casais. Constata-se que, mesmo existindo a estrutura matrilinear, o homem é sempre identificado (por mulheres e homens) como o chefe da família e como o dono da terra. Para os homens, ser chefe de família é “educar as mulheres e as crianças”, “vender produtos” e “construir casa”.

Embora existam diversas abordagens sobre temas ligados à cultura e à desigualdade de género, a realidade é que, em regiões de investimento (como Monapo) e de pobreza (como Nacarôa), as dinâmicas culturais estão em constante mutação e readaptação, constatando-se um défice de análises sobre a influência da linhagem ao nível das desigualdades sociais. Por conseguinte, importa analisar o acesso aos recursos de poder como à terra, o acesso e a gestão dos rendimentos, o acesso à educação, bem como aos cuidados de saúde, como factores preponderantes para a emancipação da mulher no meio rural. Assim, a categoria género é utilizada como um conceito que permite trazer ao de cima as relações sociais, as hierarquias de poder subjacentes à convivência de mulheres e homens nas famílias. O uso deste conceito permite identificar os efeitos de diferenças de género configuradas por estruturas de poder, marcadas pela dominação masculina.

Este artigo está organizado em sete secções. Numa primeira fase, a Introdução, em que se apresenta de forma breve o assunto em discussão. A segunda secção faz uma reflexão sobre as desigualdades sociais de género em Moçambique, a terceira apresenta os objectivos e a metodologia. A quarta secção é consagrada ao estudo de caso, em que se descreve o objecto de estudo. Na quinta secção caracteriza-se as dimensões de desigualdade social de género. Na sexta secção são apresentadas as reflexões finais. Por último, encontram-se as referências bibliográficas.

## REFLEXÕES SOBRE DESIGUALDADES SOCIAIS DE GÉNERO EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, a Constituição da República de 1975 dá corpo à igualdade de género perante a lei, definindo os princípios reguladores dos direitos, dos deveres e das relações entre homens e mulheres. Este princípio foi consolidado na Constituição da República de 1990 e 2004, concretamente nos artigos 67.º e 36.º, que estipulam que o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural.

<sup>2</sup> Em estudos realizados por Osório (2006), na província de Nampula, nos distritos de Angoche, Mogovolas e Rapale, foram constatados os mesmos factos.

Existem em Moçambique programas e planos que têm como objectivo aliviar a pobreza e minimizar as desigualdades existentes no seio da população (como PARPA<sup>3</sup> I, II, Agenda 2025, Plano Estratégico, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – ODM, entre outros). Em alguns indicadores, como a expansão dos serviços primários, notam-se alguns avanços, mas, para outros, os progressos são muito lentos (Moçambique, 2010). Esta morosidade também impede que se atinjam os objectivos de igualdade de género no acesso aos recursos (Sarmento, 2011). Especificamente, o sector da educação, que continua a ser um dos pilares importantes para a inserção da mulher na vida política, económica e social, segundo os objectivos do milénio para Moçambique (2010), continua a apresentar desafios enormes quanto à inclusão da mulher e à promoção da igualdade de género. Embora, de uma forma geral, se procure que as mulheres sejam as principais beneficiárias de programas de alfabetização para adultos, de acordo com dados censitários (Chipembe, 2011) no meio rural, a mulher continua a apresentar taxas de alfabetização muito baixas (22,6%), quando comparadas com as dos homens (54,7%). Em 2013, no âmbito do relatório do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), Moçambique teve um dos menores índices de escolaridade entre os adultos (com 25 anos ou mais), sendo que, de entre este grupo (Tabela 1), os homens (6%) conseguem, pelo menos, frequentar o ensino secundário. Esta situação condiciona o acesso a melhores postos de emprego por parte da mulher. Com efeito, o Índice de Desigualdade de Género mostra que a taxa de participação na força de trabalho da mulher é inferior quando comparada com a dos homens. Na saúde ainda se verificam problemas de desigualdades sociais e regionais, associados à pobreza e à falta de condições de vida, como saneamento, água tratada, e exposição a riscos ambientais, bem como altas taxas de mortalidade infantil, economia informal e altos níveis de vulnerabilidade a várias doenças (IDH, 2014).

**TABELA 1: ÍNDICE DE DESIGUALDADE DE GÉNERO (IDG) EM MOÇAMBIQUE**

Classificação do IDH	Índice de Desigualdade de Género (2013)		Taxa de mortalidade materna (2010)	Taxa de fecundidade adolescente (2010-2015) <sup>(1)</sup>	Porcentagem de assento no Parlamento <sup>(1)</sup> (2013)	População com pelo menos parte do ensino secundário (2005-2012) <sup>(2)</sup>		Taxa de participação na força de trabalho (2012)	
	Valor	Classificação	(Mortes por 100 000 nados-vivos)	(Nascimentos por 1000 mulheres, dos 15 aos 19 anos)	(% do sexo feminino)	(% com 25 anos ou mais)		(% com 15 anos ou mais)	
						M	H	M	H
178	0,657	146	490	137,8	39,2	1,5	6(3)	26,3	75,8

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano, 2014  
 Nota: (1) os dados correspondem à média anual dos valores previstos para 2010-2015. (2) Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado para o período especificado. (3) Estimativa de Barro e Lee (2013) para 2010 com base em dados do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

<sup>3</sup> Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta.

Não obstante os esforços que têm sido desenvolvidos para a emancipação e a eliminação das desigualdades entre homens e mulheres através da promoção dos direitos humanos das mulheres, ainda persistem algumas hesitações impostas nas construções sociais assentes na dominação masculina, que tendem a colocar a mulher como o *outro* sexo (Bourdieu, 1998). No que concerne às normas, em sociedades matrilineares os bens passam de geração em geração através dos familiares da mãe, permanecendo, deste modo, na linha sanguínea da mãe (Geffray, 1990). A descendência matrilinear fortalece a posição da mulher na sociedade porque, após o divórcio, a mulher regressa à casa da mãe e os filhos continuam a ser pertença da família da mulher (Arthur *et al.*, 2011). Contudo, a descendência matrilinear não significa que as mulheres detenham o poder formal. De facto, o poder de decisão está investido no irmão mais velho da mãe (tio materno), que detém o direito de distribuir os bens e recursos. Estes mecanismos reflectem-se muito no papel que a mulher desempenha. Muitas enfrentam esta questão, que começa dentro do seu agregado familiar, noutras esferas da sua vida, definindo o seu papel na sociedade (Sarmiento, 2011: 3-4). Em comunidades patrilineares, por exemplo, toda a herança é transmitida de pai para filho ou qualquer outro membro masculino na família (Junod, 1996), sendo que existem acordos entre as famílias e linhagens que garantem que as mulheres (esposas e irmãs mais velhas) herdem alguns bens e que influenciem (através de conselhos) o processo de tomada de decisão dentro da comunidade (Loforte, 2000: 18).

Em relação ao acesso aos recursos, Geffray (1990: 67) e Arnfred (2001: 186) afirmam que, em comunidades matrilineares, a mulher constitui a principal força de trabalho agrícola dentro do agregado familiar, sendo considerada como a principal fornecedora de alimentos. O poder para administrar os produtos nos celeiros é reconhecido à mulher, sendo ela quem decide e controla as quantidades que devem ser vendidas (Geffray, 1990: 57). Contudo, estas dinâmicas têm sofrido diversas alterações. Arnfred (2001: 182) refere que os sistemas de linhagem matrilinear estão a ser empurrados para a patrilinearidade por crescentes relações de mercado e outras mudanças socioeconómicas. Também estudos realizados por Osório (2006) notam que, em comunidades matrilineares, as normas tradicionais estão a sofrer fortes alterações, sendo que a maior parte das práticas dos casamentos matrilocais está a dar lugar a casamentos em que a mulher passa a residir nas terras do homem. Por sua vez, Loforte (2000: 17) refere que, em comunidades patrilineares, o facto de os homens permanecerem na área de residência, controlando os seus destinos, reforça ainda mais a visibilidade masculina do poder numa relação de desigualdade entre homens e mulheres. As mulheres, respeitando o princípio exogâmico e a residência patrilocal, vêm a sua participação nos processos de decisão anulada pela presença masculina. Os homens controlam todos os meios de produção (terra e outros recursos), a força de trabalho familiar, os saberes, os circuitos matrimoniais, a circulação de pessoas e bens, numa relação de poder legitimada pelos discursos e práticas de rituais.

## OBJECTIVO E METODOLOGIA DO ESTUDO

Em certa medida, estudar povoados com famílias de origem matrilinear marcadas por formas de organização patrilinear é particularmente intrigante, sobretudo quando os grupos matrilineares vêm sofrendo mudanças derivadas de transformações que minimizam o controlo feminino sobre os recursos de poder, como o acesso a terra. Estes povoados encontram-se num contexto em que as sociedades estão centradas e orientadas para quem detém o poder político, económico e religioso, bem como estão marcadas por relações desiguais de género com base no controlo, na distribuição e na dominação sobre os recursos.

É nesse âmbito que se pretende compreender os diferentes padrões de desigualdades sociais de género, comparando diferentes grupo sociais. Procura-se, de forma particular, analisar assimetrias de género considerando dimensões como o acesso aos recursos financeiros e à terra, saúde e educação, participação política, bem como identificar as diferentes estratégias utilizadas na gestão do rendimento dentro do agregado familiar.

Ao longo da pesquisa realizaram-se dois estudos de caso em pequenos povoados rurais localizados no Norte do País (província de Nampula), nos distritos de Monapo e Nacarôa, nomeadamente nas localidades de Itoculo e Namaquetho, respectivamente. São distritos geograficamente vizinhos e expostos a dinâmicas de penetração de capital diferentes: enquanto Monapo sente os impactos do investimento no agro-negócio, em virtude da sua localização estratégica no corredor de Nacala, Nacarôa tem, comparativamente, conhecido muito menor investimento. O objecto da pesquisa foram chefes dos agregados familiares (mulheres e homens) solteiros, casados, separados, divorciados e viúvos pertencentes a famílias de linhagem matrilinear, com formas de organização patrilinear, na faixa etária dos 18-60 anos, residentes nas localidades seleccionadas.

Para a prossecução dos objectivos conciliou-se um conjunto de metodologias qualitativas e quantitativas, assentes na análise de estatísticas, na aplicação de questionários, na realização de entrevistas e de grupos de discussão, assim como na observação não participante. Em termos específicos, as técnicas de recolha de dados basearam-se em:

- a) entrevistas exploratórias, num primeiro momento, a funcionários de organizações não-governamentais (ONG) locais, estruturas de poder local, a nível distrital e da localidade, e outros informantes privilegiados. Estas entrevistas foram efectuadas com o objectivo de compreender a história dos distritos, bem como as relações de poder e de desigualdades sociais estabelecidas entre homens e mulheres. Esse período de exploração permitiu o desenho e a estruturação da grelha de perguntas;
- b) realização de um inquérito por questionário, aplicado ao chefe do agregado familiar com o objectivo de recolher informações relevantes e complementares relacionadas com o rendimento, o consumo, o acesso e nível de educação, a saúde, o crédito e os meios de produção.

A amostra foi seleccionada com base nos dados populacionais do Censo de 2007 e recorrendo a uma amostragem aleatória simples (escolhendo-se um intervalo de confiança de 90% e um erro amostral de 10%). Assim, foram aplicados inquéritos por questionário ao longo de três trimestres de 2017 (Fevereiro, Maio e Agosto) a 60 agregados familiares, nascidos e residentes em cada uma das duas localidades, descendentes de linhagens patrilineares e matrilineares;

- c) três grupos focais<sup>4</sup> (primeiro, somente com mulheres; segundo, somente com homens; e o terceiro, com homens e mulheres), com o propósito de perceber as dinâmicas sociais existentes nas comunidades pesquisadas. Foi importante saber o que as mulheres falam na ausência do homem, e vice-versa, bem como homens e mulheres reunidos (quem fala primeiro, quem mais contribui para o debate, entre outros aspectos). As entrevistas em grupo muitas vezes não são eficazes para captar particularidades, pois alguns dos participantes com muita informação poderão sentir-se constrangidos de falar em público. Por isso, procurou-se complementar essas informações com entrevistas individuais ou com a realização de pequenos grupos de discussão (cinco a oito pessoas);
- d) realização de oito entrevistas semidirigidas a chefes dos agregados familiares, em Monapo, na localidade de Itoculo (a quatro homens e quatro mulheres) e, em Nacarôa, na localidade de Namaquetho (a três homens e cinco mulheres), onde foi possível comparar o que é dito em grupo com o que é dito em privado. As entrevistas ajudaram a compreender, num primeiro momento, os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres em contextos rurais de Moçambique. Analisando as diferentes estratégias que as mulheres utilizam para negociar a sua participação na aplicação dos rendimentos auferidos na produção anual e na determinação da produção a ser cultivada, vendida e consumida. Num segundo momento pretendeu-se aferir se a mulher participa em reuniões, eleições e movimentos associativos que lhe permitam exercer os seus direitos e deveres de cidadania, bem como a tomar decisões sobre o que é melhor para si e para a sua família;
- e) observação no terreno, de maneira a captar as diferentes estratégias e formas como as mulheres se comportam longe e perto do agregado familiar e da comunidade, onde os comentários dos participantes são comparados com as acções por eles realizadas.

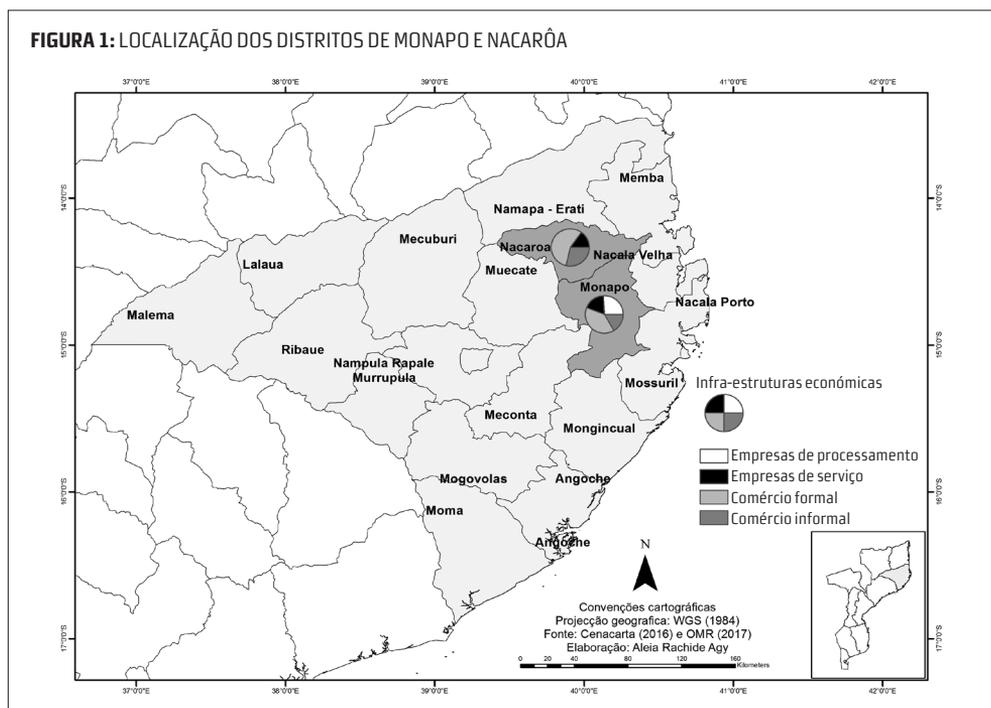
## CARACTERIZAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO

### SUMARIZAÇÃO DAS DINÂMICAS ECONÓMICAS EM MONAPO E NACARÔA

Como referido, o projecto de pesquisa previa a realização de uma análise em dois distritos vizinhos com dinâmicas de penetração de capital diferente.

<sup>4</sup> As perguntas foram colocadas em língua portuguesa, sendo posteriormente traduzidas para a língua local, com o apoio de um tradutor. Os grupos focais foram gravados em áudio e transcritos. O mesmo procedimento foi feito com as entrevistas semiestruturadas.

**FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DOS DISTRITOS DE MONAPO E NACARÔA**



Estrategicamente bem localizado, o distrito de Monapo é atravessado pela linha férrea que liga as cidades de Nampula e Nacala-Porto, parte integrante do corredor de Nacala. Nos últimos oito anos, o distrito tem beneficiado de projectos de investimento, na sua totalidade direccionados para a promoção do agro-negócio. Para além dos novos investimentos, o distrito dispõe de grandes fábricas, como é o caso da Olam, em termos de produção e processamento da castanha-de-caju, da Sanam, que se dedica ao descarçamento do algodão, óleo e sabão, e de fábricas de sisal que agregam três sisaleiras (em Ramiane, Mecuco e Changamo).

Em Monapo, as indústrias de agro-processamento têm sido responsáveis por cerca de 9325 postos de trabalho, dos quais 3059 cargos são ocupados por mulheres.

O comércio formal é responsável por 66 postos de trabalho, sendo dez ocupados por mulheres (SDAE, 2017). No que diz respeito ao comércio informal, os homens ocupam 24 postos de trabalho e as mulheres, dez.

Por sua vez, em Nacarôa, o sector da indústria não tem grande expressão, resumindo-se a pequenas unidades industriais, como moageiras, carpintaria e artesanato. O desenvolvimento socioeconómico do distrito foi notório com a chegada da energia da rede nacional em 2014. Na fase inicial, somente a vila-sede é que beneficiava dos serviços de electricidade e contava com 500 consumidores (Chissano, 2014). Com a expansão da rede para os outros postos administrativos (Sua-Sua e Inteta), o número de consumidores passou a ser de 1270 em 2016, de

acordo com o Serviço Distrital de Planeamento e Infra-Estrutura (2017). Este facto contribuiu para a expansão e melhoria dos serviços de educação, saúde e comércio (formal e informal), entre outros.

O distrito de Nacarôa tem sido assolado por calamidades naturais que afectam a vida social e económica da comunidade. Estes desastres, associados à fraca produtividade agrícola, conduzem a altos níveis de insegurança alimentar, sobretudo no seio dos camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres (DNAL, 2012b; Fernando, 2013).

## DESCRIÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES

Os resultados obtidos permitem aferir que a maioria dos agregados familiares em Monapo (Itoculo) é chefiada por homens (83,3%), com uma idade média de 42 anos, vivendo em união marital (63,3%) e com um nível básico de escolaridade (31,5% concluíram a 7.<sup>a</sup> classe), na sua maioria vivendo com as esposas e os filhos.

Situação análoga acontece em Nacarôa (Namaquetho), onde 85% dos agregados familiares são chefiados por homens, com uma população mais jovem (média de 38 anos de idade) e menos escolarizada (5.<sup>a</sup> classe concluída), quando comparada com Monapo. Dentro desse grupo, existem, igualmente, homens que vivem em relações poligâmicas (11,9%), embora as suas esposas não coabitem no mesmo espaço.

Por outro lado, 31,7% da população entrevistada é composta por agregados familiares chefiados por mulheres (em Monapo, o número de agregados familiares chefiados por mulheres é 1,7% maior do que em Nacarôa). Estes agregados incluem, em Monapo (Itoculo), mulheres que tomam conta dos parentes idosos (tio, tia, pai ou mãe), mulheres que não sabem do paradeiro dos maridos ou mulheres que têm filhos de pais diferentes. Em Nacarôa (Namaquetho), os agregados chefiados por mulheres abrangem viúvas, bem como aquelas que foram abandonadas pelos maridos. A iliteracia predomina dentro dos agregados chefiados por mulheres: 44,4% em Nacarôa e 55,6% em Monapo.

## ACTIVIDADE PROFISSIONAL, RENDIMENTO E INVESTIMENTO

A agricultura é a principal actividade<sup>5</sup> provedora de rendimento dentro dos agregados familiares, executada por homens e mulheres. Contudo, as famílias suplementam o rendimento proveniente das machambas com o chamado “sistema de ganho-ganho”<sup>6</sup> (actividade que é

<sup>5</sup> O distrito de Nacarôa possui cerca de 12 mil explorações agrícolas com uma área média de 1,2 hectares por produtor. A agricultura familiar cobre 62% das explorações do distrito, sendo que 34% são áreas cultivadas. Por sua vez, em Monapo são 68 mil explorações, com uma média de 1,6 hectares por produtor, sendo 94% das explorações ocupadas por culturas alimentares (DNAL, 2012a, 2012b).

<sup>6</sup> Casimiro e Souto (2011: 12) consideram ganho-ganho como troca de mão-de-obra por alimentos ou por dinheiro. Em Nacarôa, as mulheres preferem receber o seu pagamento em bens alimentares, alegando que os mesmos contribuem para a alimentação dos filhos. O mesmo não acontece em Monapo, onde as mulheres preferem receber em dinheiro para apoiar na saúde e educação dos filhos.

mais frequente entre os agregados familiares chefiados por mulheres), e com outras actividades assalariadas ou comerciais (mais frequente entre os homens)<sup>7</sup>.

A média do rendimento mensal auferido<sup>8</sup> pelos agregados familiares chefiados por homens (458,99 meticais em Monapo e 511,74 meticais em Nacarôa) é superior à média do rendimento mensal dos agregados chefiados por mulheres (138,27 meticais em Monapo e 259,44 meticais de Nacarôa). Este facto pode estar relacionado com a existência de mais uma pessoa adulta em idade activa (a esposa) nos agregados familiares chefiados por homens que apoia nas actividades geradoras de rendimento, bem como com o facto de o homem ser a pessoa que detém o controlo sobre os rendimentos familiares. Outro factor a ter em conta, no rol das razões explicativas da situação acima descrita, relaciona-se com a diversidade de actividades que os homens desenvolvem. Por exemplo, em Monapo (Itoculo) o homem consegue, para além da venda dos produtos provenientes da actividade agrícola, comprar outros produtos não produzidos pelo agregado familiar (tais como óleo, açúcar, sal) e comercializá-los nos mercados locais. A mesma prática decorre em Nacarôa (Namaquetho) com a produção de bebida tradicional que é comercializada nos mercados locais ou em pequenas bancas em frente de casa. Em relação às despesas, a Tabela 2 demonstra que os agregados familiares chefiados por homens apresentam maior poder de consumo do que os agregados chefiados por mulheres. Os agregados familiares chefiados por homens em Monapo (Itoculo) investem os seus rendimentos, sobretudo, na compra de bens alimentares<sup>9</sup> (como óleo, açúcar, sal), facto que, igualmente, acontece com os agregados familiares chefiados tanto por homens como por mulheres em Nacarôa (Namaquetho). O que demonstra que, em geral, existe uma pressão alimentar dentro dos agregados familiares que leva as famílias a investirem mensalmente, em média, cerca de 1482,82 meticais e 851,79 meticais em agregados familiares chefiados por homens e mulheres, respectivamente (tanto em Monapo como em Nacarôa). São igualmente investidos valores acima de mil meticais para a compra de roupa, particularmente em Nacarôa<sup>10</sup>.

<sup>7</sup> Casimiro (2008a) e Chambe (2011) confirmam que as práticas de pluriactividade e de diversificação de fontes de rendimento não representam necessariamente a desagregação da agricultura camponesa, mas a sua sobrevivência e reprodução. Feijó & Agy (2015) constata que as situações de pluriactividade familiar possibilitam uma maior estabilidade económica, a escolarização dos mais novos e o acesso a cuidados de saúde, e também o funcionamento da actividade agrícola, em termos de acesso a insumos ou a mão-de-obra assalariada.

<sup>8</sup> Mosca (2016: 65-66) refere que em Moçambique existem desigualdades de rendimento entre o meio urbano e rural. Apesar de existirem investimentos ligados em zonas rurais, a população não é a principal beneficiária, criando, desta forma, em zonas rurais com maior investimento, um crescimento económico acompanhado de maiores desigualdades.

<sup>9</sup> De acordo com o IOF 2014/15, os resultados da pobreza de consumo apontam um nível de pobreza elevado na província de Nampula. Este facto está relacionado com a redução no nível de consumo calórico entre os períodos de 2008/09 (1674 calorias) e 2014/15 (1405 calorias). O requisito de consumo mínimo diário de energia estimado para Moçambique pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) representa um limiar calórico para a determinação de subnutrição de 1800 calorias por pessoa/dia. Reduziu igualmente o consumo de bens alimentares na província de Nampula de 66% (em 2008/9) para 61% (em 2014/15).

<sup>10</sup> Foi relatado, durante a recolha de dados, que as despesas em vestuário são realizadas quando existem feiras comerciais (realizadas três vezes por semana), onde muitos dos chefes dos agregados familiares participam e compram roupas para si e para a família.

Existe pouco investimento em insumos agrícolas, facto que poderá estar relacionado com a ausência de mercados de insumos próximos das populações entrevistadas, bem como com a existência de uma prática dentro do sistema produtivo, onde cada agregado familiar guarda uma parte da produção para servir de semente para a época seguinte. Porém, é preciso ter em conta a existência de organizações não-governamentais que apoiam com insumos e serviços de extensão, como é o caso de Nacarôa (Namaquetho)<sup>11</sup>.

**TABELA 2: ÁREAS DE INVESTIMENTO, POR GÉNERO**

TIPOS DE BENS E SERVIÇOS	DESPEAS MENSAS (METICAIS)			
	MONAPO (ITOCULO)		NACARÔA (NAMAQUETHO)	
	AFCH <sup>(1)</sup>	AFCM <sup>(2)</sup>	AFCH	AFCM
Contratação de mão-de-obra	63,00	320,00	937,25	0,00
Alimentação e bebidas não-alcoólicas	1322,50	224,70	1643,24	1478,89
Cigarros e bebidas alcoólicas	77,20	0,00	142,65	14,44
Vestuário	944,76	80,00	1392,94	1522,22
Material de construção	54,74	21,50	548,04	44,44
Mobiliário	261,70	0,00	250,47	201,11
Saúde	356,62	202,80	300,35	279,67
Educação	251,30	57,00	343,14	205,00
Transporte	342,76	0,00	613,24	179,44
Comunicação	216,54	23,00	325,78	22,22
Insumos agrícolas	87,76	9,60	209,61	60,00
Energia	233,84	136,00	215,49	3,33
Créditos rotativos (xitique)	30,00	181,00	23,53	0,00
Dívidas	355,00	110,00	324,71	692,22

Fonte: elaboração da autora com base nos resultados obtidos

Notas: (1) AFCH – agregado familiar chefiado por homem; (2) AFCM – agregado familiar chefiado por mulher.

## DIMENSÕES DE DESIGUALDADE SOCIAL DE GÉNERO EM MONAPO E NACARÔA

A presente pesquisa considerou as dimensões de desigualdade de género patentes nos discursos dos entrevistados (mulheres e homens) e nos dados obtidos pelo inquérito. Do cruzamento entre os dados verificou-se que a divisão de tarefas dentro do agregado familiar, o acesso aos serviços e recursos e a participação política contribuem para a relação desigual de género nos distritos de Nacarôa e Monapo.

### DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DENTRO DO AGREGADO FAMILIAR

É pela divisão do trabalho que as relações de poder de género ganham a sua dimensão no sistema desigual (sexo/género) construído socialmente (Zimba, 2002: 42). A relação entre

<sup>11</sup> Em Nacarôa (Namaquetho), 492 famílias beneficiam de apoios em insumos agrícolas da organização não-governamental Visão Mundial.

o sistema de actividades provedoras de rendimento, actividade agrícola e o trabalho doméstico permite analisar a divisão do trabalho dentro do agregado familiar. Este exercício permite, em simultâneo, analisar o papel específico que cada membro dentro do agregado familiar desempenha, num contexto em que cabe ao chefe do agregado familiar fazer a distribuição das tarefas a serem desempenhadas diariamente.

Tanto no distrito de Monapo (Itoculo) como no de Nacarôa (Namaquetho) constatou-se que a maioria dos agregados familiares é chefiada por homens, sendo a agricultura a actividade principal, como supracitado. Os dados permitem aferir que homens e mulheres se dedicam à produção agrícola de igual forma, ainda que a mulher seja responsável pela preparação da terra (sacha), colheita, bem como pela preparação dos produtos para o comércio<sup>12</sup>. Por sua vez, o homem dedica-se ao armazenamento dos produtos agrícolas destinados à venda e à comercialização da produção, bem como à produção de carvão vegetal e de bebidas tradicionais, e à realização de actividades de restauro da casa.

*As mulheres cá têm mais dom de sachar o amendoim, enquanto os homens são uns grossos, não levam jeito, muita das vezes acabam destruindo a cultura, [...] mas elas vão para lá por ter mais dom e paciência, os homens, como não tem paciência, vão para zonas mais pesadas abrir novos campos de cultivo (agregado familiar chefiado por homem em Nacarôa, 30 anos).*

Nos agregados familiares chefiados por mulheres, com maior destaque no distrito de Monapo, o trabalho doméstico e agrícola é, quase na totalidade, desempenhado por elas com a ajuda dos filhos. Os trabalhos mais pesados, como a destronca, são realizados por homens contratados para o efeito, bem como por membros masculinos da família (tios e sobrinhos).

Também se constatou a existência de agregados familiares chefiados por homens nos quais um dos cônjuges se dedica a outra actividade profissional para além da agricultura. Nesse caso, a mulher acumula um conjunto de actividades domésticas com as profissionais. Isso não acontece quando se trata do homem, que se dedica somente à actividade profissional, deixando as actividades domésticas sob a tutela da mulher e dos filhos.

*Meu marido, quando amanhece, costuma ir na machamba trabalhar e eu sempre estou na machamba a trabalhar; às vezes vou no meu serviço ali, acompanho doente, mando no hospital dar parto (sou parteira tradicional). Depois, na minha volta, pego a minha enxada, vou na machamba capinar com ele. [...] As crianças, quando voltam da escola, costumam ir capinar um*

<sup>12</sup> Em estudos realizados em Nampula, Zimba (2002: 43) considera que, na actividade agrícola, em mais de 80% dos agregados familiares chefiados por homens a mulher é quem trabalha e produz mais de 50% das culturas de rendimento para a família. Durante a visita de campo (nos meses de Maio e Julho de 2017) neste estudo, foi notória a presença de mulheres sentadas nas suas esteiras a descascar feijão e mandioca, que, depois, passam por um processo de secagem, antes da venda. Bem como a presença de homens a produzir bebidas tradicionais.

*pouco, regressam, fazem o trabalho da casa [...] Quando as crianças ficam doentes, eu costumo levar para o centro de saúde (esposa do chefe do agregado familiar em Monapo, 50 anos).*

## ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

### ACESSO DESIGUAL AOS SERVIÇOS SAÚDE

As desigualdades na saúde podem ser entendidas como diferenças no estado de saúde ou na distribuição dos determinantes (serviços) de saúde entre diferentes grupos populacionais. Em Moçambique, as desigualdades na saúde estão muitas vezes relacionadas com o acesso aos cuidados de saúde, bem como com a posse desigual dos rendimentos entre diferentes grupos sociais. Esta situação, em muitos casos, beneficia o homem por se considerar que ele controla as actividades provedoras de renda (Macore, 1992: 1-3).

De uma forma geral, nos distritos de Monapo (Itoculo) e Nacarôa (Namaquetho), os serviços de saúde<sup>13</sup> apresentados na Tabela 3 permitem inferir que o factor de diferenciação em saúde está relacionado com o rendimento auferido durante o mês, que permite que um grupo (composto por agregados chefiados por homens) consiga aceder aos melhores serviços de saúde (hospitais) com mais facilidade e rapidez do que os agregados familiares chefiados por mulheres.

**TABELA 3: ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE, POR RENDIMENTO MENSAL**

SERVIÇOS DE SAÚDE	RENDIMENTO MENSAL (METICAIS)			
	MONAPO (ITOCULO)		NACARÔA (NAMAQUETHO)	
	AFCH	AFCM	AFCH	AFCM
Hospital	803,03	0,00	851,67	0,00
Centro de saúde	581,39	566,67	353,33	55,56
Médico tradicional	408,33	0,00	0,00	255,56
Outro	244,00	0,00	270,00	390,00

Fonte: elaboração da autora com base nos resultados obtidos

No distrito de Nacarôa (Namaquetho), o acesso aos cuidados de saúde constitui um problema para a maior parte dos agregados familiares chefiados por homens e agregados familiares

<sup>13</sup> Em Nacarôa (Namaquetho), os cuidados de saúde têm enfrentado sérios problemas no que concerne à expansão dos serviços de saúde. O serviço de saúde é composto por dois agentes polivalentes elementares formados em matéria de acção preventiva, que actuam nos bairros das localidades. O APE (como é tecnicamente designado) dispõe de *kits* de primeiros socorros, testes rápidos de malária e métodos contraceptivos para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Quando são doenças fora dos seus termos de referência, o APE, por norma, encaminha o doente para o centro de saúde mais próximo (SDPI, 2017).

Em Monapo (Itoculo), os cuidados de saúde têm apresentado melhorias em termos de expansão dos serviços, mas o grande desafio apresentado é o reduzido número de técnicos de saúde, que não consegue cobrir a demanda da população. Em Itoculo, a população dispõe de um centro de saúde, com três edifícios com um quarto, sem banco de socorro. O quadro técnico é composto por oito membros. Os técnicos atendem em média 150 pacientes por dia (SDPI, 2017).

chefiados por mulheres devido à distância que separa os agregados familiares das unidades sanitárias<sup>14</sup> e ao facto de as famílias não possuírem rendimentos suficientes para as despesas de transporte e assistência médica.

Os dados apresentados na Tabela 3 indicam que, no distrito de Nacarôa, a maioria dos agregados familiares chefiados por mulheres que apresentam rendimentos baixos (entre 55,56 e 255,56 meticais/mês) tem recorrido aos médicos tradicionais ou aos agentes polivalentes elementares (APE), enquanto os agregados familiares chefiados por homens recorrem aos centros de saúde locais ou dos distritos vizinhos.

Em Monapo, a assistência médica é limitada, na medida em que, não existem técnicos suficientes para cobrir a procura e os horários em vigor não incorporam atendimentos de urgência fora do horário. Este facto leva a que o paciente se desloque para outra unidade sanitária vizinha (localizada a sensivelmente 15 km). Em decorrência dessa situação, as pessoas desprovidas de meios acabam perdendo a vida, como retratam os relatos:

*Nós temos problemas de banco de socorro; estamos a sofrer muitas vezes quando os enfermeiros saem [...], alguém morrer por causa de não ter enfermeiro [...]. Estamos a rezar quando ficamos doentes porque no hospital não há ninguém [...]* (grupo focal constituído por mulheres, em Monapo).

Por outro lado, as desigualdades no sector da saúde estão, também, relacionadas com o que Casimiro (2008b:79) designa de pobreza de tempo. Com efeito, tanto nos agregados familiares chefiados por mulheres como nos por homens, a mulher carrega o fardo da divisão sexual do trabalho que a priva dos serviços sociais e a coloca a assumir tarefas em condições mais difíceis, não tendo tempo para si, nem para cuidar da sua saúde.

*Às vezes, não tenho tempo; cuidar da casa e das crianças ao mesmo tempo; quando conseguimos dinheiro é que vamos para lá [centro de saúde]* (esposa do chefe do agregado familiar em Monapo, 32 anos).

## ACESSO DESIGUAL AOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

Para analisar o acesso aos serviços de educação, considerou-se, sobretudo, o acesso ao ensino secundário, pelo facto de existirem poucas escolas secundárias públicas do sistema nacional de

<sup>14</sup> A distância que separa a população da unidade hospitalar mais próxima é de 35 km (quando percorridos a pé são cerca de quatro horas de tempo e de carro 35 minutos).

ensino nos distritos em análise<sup>15</sup>. Com efeito, o ensino secundário reúne um conjunto de pré-requisitos para o ingresso, tais como conhecimento (o aluno deve no mínimo saber ler, escrever e contar), recursos financeiros (para pagamento de inscrição, matrícula e de outros custos administrativos) e material didáctico (livro, caderno, caneta, lápis, uniforme, entre outros).

Nos distritos de Monapo (Itoculo) e Nacarôa (Namaquetho), a educação constitui um vector de desigualdade. Por um lado pela carência de infra-estruturas escolares, professores e promoção da aprendizagem. Por outro lado, pelo facto de existirem diferenças dentro dos agregados familiares em relação à escolha da pessoa que deve prosseguir com os estudos (em muitos casos, o homem é quem continua com os estudos)<sup>16</sup>.

O acesso aos serviços de educação é entendido pelos agregados familiares como algo que deve estar ao seu alcance, em termos de recursos “dinheiro”, “tempo” e “mão-de-obra”. Em Monapo (Itoculo), os agregados familiares, em geral, que têm os seus filhos a frequentar o ensino secundário reúnem um conjunto de condições financeiras e de produção que permitem que os filhos sejam dispensados das suas tarefas domésticas para se dedicarem aos estudos.

Por sua vez, em Nacarôa (Namaquetho), pelo facto de a escola secundária se encontrar distante, os membros dos agregados familiares chefiados por homens é que têm maiores possibilidades de custear os estudos dos seus filhos<sup>17</sup>. Nos agregados familiares chefiados por mulheres são poucos os que conseguem colocar os seus filhos a estudar. Os poucos que logram realizar essa acção contam com a ajuda de familiares que vivem nas sedes distritais próximas das escolas secundárias. Contudo, nota-se nos agregados familiares que as meninas são as que menos conseguem atingir o ensino secundário, facto que é justificado pelo que Osório & Silva, (2008: 109) chamam “determinantes culturais”. Quando a rapariga atinge a puberdade, o casamento passa a ser a sua prioridade em detrimento da escola. Facto que é comprovado pelo crescimento do número de desistência escolar da rapariga (no distrito de Monapo, de um total de 57 desistências no ensino secundário, 33 são de mulheres)<sup>18</sup>.

*Os meninos é que vão mais a escola, [...] as meninas deixam de estudar porque gostam de brincar; ao anoitecer, vão ao vídeo, amanhecem a brincar [...], procuram casamento [...]. Há meninas que casam com 16 anos [...]* (agregado familiar chefiado por homem em Monapo, 50 anos).

<sup>15</sup> O distrito de Monapo (Itoculo) conta com três escolas secundárias, das quais uma lecciona da 8.<sup>a</sup> à 10.<sup>a</sup> classe e duas leccionam da 11.<sup>a</sup> à 12.<sup>a</sup> classe. Em Nacarôa (Namaquetho), os serviços de ensino envolvem uma escola primária do 1.<sup>o</sup> grau. No geral, os problemas no sector da educação, tanto em Monapo como em Nacarôa, estão relacionados com a insuficiência de professores, pois o rácio aluno-professor é, em média, de 60 alunos.

<sup>16</sup> O número total de alunos que frequentam o ensino secundário em Monapo (Itoculo) é de 148, dos quais mais de metade é constituído por homens (110 alunos). Enquanto em Nacarôa (Namaquetho), não existe escola secundária.

<sup>17</sup> Normalmente, a criança que continua os seus estudos é do sexo masculino. Os pais pagam os custos em hospedagem, alimentação e educação. Quando questionados porque não enviam a menina para estudar, a resposta foi a seguinte [...] *elas gostam muito de brincar, podem chegar lá e procurar casamento*.

<sup>18</sup> Facto que pode estar relacionado com o crescimento do número de casamentos prematuros ao nível do distrito (Monapo e Nacarôa contribuem com uma percentagem de 11% e 12%, respectivamente), onde a taxa de incidência dos casamentos prematuros, em raparigas menores de 16 anos, a nível provincial é de 12% (Arnaldo *et al.* 2017).

*Muitas das vezes, o que acontece aqui basta elas se tornarem donzelas abandonam a escola, [...] os rapazes ficam ali sempre. Resumindo, são os casamentos prematuros porque basta os pais verem que elas já são donzelas, já tem um homem de prontidão para levar (agregado familiar chefiado por mulher em Nacarôa, 35 anos).*

## ACESSO AOS RECURSOS E À GESTÃO DOS RENDIMENTOS

### ACESSO AO RECURSO TERRA

A terra é vista pelos agregados familiares chefiados por homens e chefiados por mulheres como um recurso de poder, na medida em que o acesso é considerado como o garante do sustento e da continuidade da família. Depois do casamento, o homem é quem decide onde é que o casal deve ir viver e as áreas de produção, como retratam os relatos:

*O marido é que deve notar qual é o comportamento da sua mulher; se ela exige, vamos para a minha terra; você como homem deve analisar. E se você vê que essa minha mulher não confio, vai-me deixar e ficar com os meus bens, assim você não segue para a terra dela [...] e quando chego à minha terra com ela, entrego um espaço para ela cultivar (agregado familiar chefiado por homem em Monapo, 65 anos).*

Os sistemas de posse de terra em Monapo (Itoculo) e Nacarôa (Namaquetho) assentam em dois sistemas de ocupação: sistema tradicional (quando se trata de iniciar a produção agrícola) e sistema do Estado.

*Aqui no Bairro a terra é do Estado; quando queremos machamba, nós vamos para o campo e desbravamos a mata, não se compra (agregado familiar chefiado por homem em Monapo, 40 anos).*

Constatou-se igualmente que a terra é registada em nome do homem, como chefe do agregado familiar. As mulheres possuem direitos secundários à terra adquiridos através do casamento<sup>19</sup>. Quando o casamento se desfaz, desfaz-se igualmente o seu direito de cultivar a terra. As mulheres solteiras, divorciadas ou viúvas (que constituem os agregados chefiados por mulheres) são, particularmente, as mais vulneráveis, pois aos olhos da lei costumeira e dos familiares

<sup>19</sup> As mulheres casadas referem que existem diferenças entre as terras que são cultivadas por homens e as cultivadas por mulheres, devido à distinta de capacidade de trabalho, como refere a esposa de um membro do agregado familiar chefiado por homem:

*[...] não é porque o homem tem mais terra ou a mulher tem menos terra, não é por aí; é a capacidade que cada um pode conseguir cultivar a terra. Assim, quem tem mais força tem mais hectares.*

do seu marido elas não têm qualquer direito à terra e aos bens matrimoniais na sequência da separação ou morte do marido. Nesses casos, os filhos é que são os herdeiros directos dos seus progenitores<sup>20</sup>.

*Não sei se é tradição nossa [...], não é a mulher que não quer ficar; nós familiares é que não queremos que ela continue a viver ali (em casa do nosso irmão); só quando as crianças ficam ali, nós gostamos [...]; já é sabido que os filhos, depois da morte do pai, herdaram tudo* (agregado familiar chefiado por homem em Nacarôa, 60 anos).

## ACESSO AO CRÉDITO

Nos recursos financeiros, o que mais se evidencia como indicador de desigualdade é o acesso ao crédito. As dificuldades no acesso ao crédito estão ligadas à falta de documentos de identificação, inexistência de garantias, dificuldade de formalização de planos de negócio e deficiente penetração do sistema bancário, entre outros aspectos.

É notório em agregados familiares chefiados por homens (em Monapo e Nacarôa), em que existe maior diversificação das fontes de renda, o envolvimento do homem em dinâmicas financeiras, pelo facto de ele ser a pessoa que tem documentos de identificação, o que lhe permite aceder a serviços financeiros, como o M-Pesa<sup>21</sup>, bancos ou orçamento de investimento de iniciativa local (OIIL), também designado por Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD)<sup>22</sup> (ver Tabela 4), e por também ser ele a pessoa que controla o fluxo de dinheiro que entra no agregado familiar.

<sup>20</sup> No geral, as terras em Monapo (Itoculo) e Nacarôa (Namaquetho) não estão tituladas e, quando exploradas em regime familiar, têm como responsável, em quase 75% dos casos, o homem da família. (DNAL, 2012a, 2012 b). Este facto constitui uma fonte de conflitos em Monapo pelo fraco registo dos terrenos, (DNAL, 2012a, 2012b). De acordo com os costumes e tradição (Waterhouse & Vijhuizen, 2001: 12; Mandamule, 2016: 18), os herdeiros não são os filhos mas os sobrinhos maternos. Actualmente, os filhos reclamam a herança dos pais enquanto os sobrinhos recorrem à tradição para terem acesso às terras do tio, proporcionando momentos de desentendimento na família. Mandamule (2016) conclui que nesse tipo de conflitos se considera como herdeiros legítimos os filhos do chefe de família, tal como nas sociedades patrilineares.

<sup>21</sup> O M-Pesa é um serviço financeiro disponibilizado pela companhia de telefonia móvel, que permite transferir e levantar dinheiro, comprar crédito, energia, *jackpot* e pagar serviços através do telefone móvel. O serviço está disponível no País desde 2013 e conta com mais de 17 mil utentes. Em Monapo e Nacarôa, somente os homens fazem uso desses serviços, pelo facto de disporem de um telemóvel que lhes permite fazer a transacção de valores via telefone.

<sup>22</sup> O Fundo de Desenvolvimento do Distrito (FDD) foi introduzido em 2006, atribuindo sete milhões de meticais a cada um dos 128 distritos existentes na altura em Moçambique (em 2017, com 154 distritos). O fundo serve para apoiar, em termos de crédito, pequenos empreendedores locais. Segundo Capaina (2017: 25), existe uma preocupação com aspectos de género na atribuição do FDD, mas permanece uma relativa discriminação sexual em relação ao valor que é atribuído às mulheres.

**TABELA 4: FORMAS DE ACESSO AO CRÉDITO, POR GÊNERO (%)**

ACESSO AO CRÉDITO	MONAPO (ITOCULO)		NACARÔA (NAMAQUETHO)		TOTAL
	AFCH	AFCM	AFCH	AFCM	
M-Pesa	40	0	40	20	100
Acesso ao banco	67	0	33	0	100
Créditos rotativos (xitique)	10	40	17	33	100
FDD (sete milhões)	67	0	33	0	100

Fonte: elaboração da autora com base nos resultados obtidos

Em agregados familiares chefiados por mulheres, cujo rendimento provém da produção agrícola, predomina a falta de conhecimento sobre as facilidades de acesso ao crédito formal via banco. Como resultado da extensa exclusão dos sistemas de crédito formal, as mulheres recorrem, geralmente, a mecanismos informais de poupança em grupo que envolve o sistema de crédito rotativo, cuja versão mais generalizada é o chamado “xitique” (como ilustra a Tabela 4). Embora o xitique seja considerado uma designação changane que refere a prática de poupança envolvendo, sobretudo, mulheres, o sistema serve como forma de apoio às mulheres que são chefes de agregado familiar, principalmente em Monapo (40%), onde este sistema foi bem acolhido entre as mulheres. Em Nacarôa (33%), ainda se nota desconfiança entre as pessoas que compõem os grupos de poupança. Como refere uma chefe de agregado familiar: “Nós tentamos fazer esses grupos de dinheiro, mas não estamos a conseguir; tem outros que não pagam; fica difícil você confiar.”

## GESTÃO DOS RENDIMENTOS

O controlo do rendimento no agregado familiar chefiado pelo homem, que é obtido tanto pelo homem como pela mulher (em Nacarôa como em Monapo), está longe de ser igual<sup>23</sup>. Os lucros resultantes da venda da produção agrícola são, maioritariamente, controlados pelos homens, mesmo em casos em que a mulher investe como mão-de-obra intensiva na actividade. Esta situação constitui um obstáculo à acumulação de capital e de recursos investidos pela mulher. Para enfrentar este obstáculo, existem mulheres que, na ausência do marido, optam por vender parte dos produtos reservados para alimentação (sob a sua gestão) e guardam os valores para si.

*Nessa parte de apanhar dinheiro pelo marido e dar à mulher para fazer plano juntos, não são todos que fazem [...], existem mulheres que, quando apanham dinheiro, escondem para si [e] não mostram ao marido [...]. Aqui é preciso saber como se vive no lar, só assim é que existe entendimento (esposa do chefe do agregado familiar em Monapo, 52 anos).*

<sup>23</sup> Nos agregados familiares chefiados por homens, enquanto as mulheres precisam de uma autorização para gastar o dinheiro, o homem goza de autonomia para gastar parte dos rendimentos do agregado familiar na compra de bens de consumo, como bicicleta, moto, rádio, entre outros.

Embora as mulheres chefes de famílias se encontrem numa posição, teoricamente, melhor para acumular poupança, a sua capacidade de o fazer é frequentemente constrangida pelas desigualdades no acesso aos recursos produtivos.

Os resultados sugerem que, enquanto as mulheres e os homens (esposos ou parentes) gozam da autonomia para gastar certa proporção dos rendimentos do agregado familiar, mulheres e homens possuem padrões diferentes de gestão. As mulheres tendem a despender mais nos seus dependentes, incluindo membros da família alargada, e em repor o abastecimento de alimentos quando estes esgotam, enquanto os homens tendem a gastar mais em si próprios e a poupar o resto. As mulheres afirmam que os homens gastam a maior parte do seu rendimento no consumo de álcool, deixando o restante para o colectivo do agregado familiar. Os gastos no âmbito do agregado familiar são destinados, sobretudo, à compra de alimentos, vestuário e educação, como retratam os relatos da esposa do chefe do agregado familiar em Nacarôa, de 42 anos:

*[...] eu compro roupa e dou às crianças; às vezes compro óleo e sabão [...]. Ele [o marido], como é bêbado, vai beber com o dinheiro que consegue [...]. Quem casa com um homem que não é alcoólatra vê o dinheiro que eles os dois fazem, mas algumas (como eu), que estão casadas com alcoólatras, durante o tempo todo estão na machamba a ajudar o marido a capinar; ele acaba por vender os produtos e acaba o dinheiro todo a beber.*

## PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA ESFERA PÚBLICA

Para analisar a participação política foram utilizados indicadores como possuir bilhete de identidade e cartão de eleitor, bem como a participação, como membro, em associações de camponeses, em reuniões gerais e ter votado nas últimas eleições.

Uma das formas mais conhecidas de participação política é o direito ao voto. De uma forma geral, apesar dos constrangimentos verificados no fraco acesso aos documentos de identificação (ver Tabela 5), o cartão de eleitor é utilizado pelos membros do agregado familiar como substituto do bilhete de identidade e também como forma de reconhecimento pelo grupo. Assim, a posse do cartão constitui uma definição de pertença e de direitos (Osório & Macuácuá, 2015: 211). Os resultados denotam que não existem diferenças consideráveis entre os agregados familiares chefiados por homens e chefiados por mulheres em relação ao direito ao voto. Em Monapo, os agregados familiares chefiados por homens e chefiados por mulheres votaram nas últimas eleições na mesma proporção (30%). Em Nacarôa, os agregados familiares chefiados por mulheres foram os que apresentaram percentagens mais representativas (29%).

**TABELA 5: FORMA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, POR GÉNERO (%)**

PARTICIPAÇÃO NA ESFERA POLÍTICA	MONAPO (ITOCULO)		NACARÔA (NAMAQUETHO)	
	AFCH	AFCM	AFCH	AFCM
Bilhete de identidade	10	0	13	0
Cartão de eleitor	30	40	27	29
Associação de produtores	0	0	20	0
Voto nas últimas eleições	30	30	20	29
Reuniões gerais	30	30	20	43
Total	100	100	100	100

Fonte: dados do inquérito

O envolvimento em associações<sup>24</sup> de produtores foi, igualmente, considerado como uma forma de participação política em Nacarôa (Namaquetho), onde os agregados familiares chefiados por homens são os que mais participam (20%). A figura masculina é a que está presente nos grupos de produtores, sobretudo se a associação se dedica à produção de culturas de rendimento, como é o caso de hortícolas. Nas associações, os homens participam em grupos de formação sobre novas técnicas de cultivo e em reuniões relacionadas com decisões estratégicas para o aumento da produção, organizadas, muitas vezes, pelo Serviço Distrital das Actividades Económicas (SDAE).

*É o homem que consegue ir para esses grupos; nós não temos maneira por causa de que isso de não ter asas; queríamos, nós também procuraríamos fazer o que eles fazem, gostávamos mesmo, gostaríamos, mas não temos asas* (agregado familiar chefiado por mulher em Nacarôa, 32 anos).

A participação em reuniões gerais organizadas pelos chefes da localidade ou régulo, onde são discutidos os problemas socioeconómicos e culturais que afectam os agregados familiares, também foi considerada como forma de participação política. Em Monapo, os agregados familiares chefiados por homens e chefiados por mulheres participam de igual forma nas reuniões. A participação da mulher, no geral, resume-se em “*costumamos a ir*”, no sentido de explicar a mesmice dos encontros realizados. As mulheres participam poucas vezes como intervenientes activos nos encontros realizados, mas elas encaram a passividade como uma forma de participar<sup>25</sup>.

Entretanto, em Nacarôa, a participação em reuniões dos agregados chefiados por mulheres (38%) é mais significativa quando comparada com os chefiados por homens (18%). Existe uma

<sup>24</sup> A participação em associações permite aos membros adquirir não apenas recursos materiais (terra, trabalho e capital) mas também políticos ou sociais, acedendo aos mecanismos que lhes assegurem a continuidade do acesso aos recursos (Negrão, 2006; Casimiro & Souto, 2011).

<sup>25</sup> Osório (2010: 36) explica que o facto de a mulher estar envolvida em assuntos políticos sugere que ela sabe ouvir e escutar, dispensando-a de intervir nas questões que são decisivas para o País (como políticas económicas). Por outro lado, ao reconhecer-se que a sensibilidade feminina é produto de uma experiência historicamente construída, torna-se legítimo e normal o autoritarismo patriarcal que caracteriza o campo político.

diferenciação na forma de participação dos agregados familiares: normalmente, o homem é quem vai à frente nas reuniões, enquanto a mulher *madruga* para responder às tarefas domésticas e da actividade agrícola. Somente depois é que ela vai aos encontros, acompanhada pelo filho mais novo ao colo. Durante os encontros, ela preocupa-se mais em cuidar da criança do que em compreender a informação transmitida.

## REFLEXÕES FINAIS

As políticas públicas existentes em Moçambique, embora com pouca visibilidade, têm constituído uma plataforma para o estabelecimento de estruturas nacionais que visam incorporar o género nos seus programas de forma a promover a igualdade entre mulheres e homens nos seus programas. Em zonas urbanas, pode-se dizer que a mudança de atitude está ocorrer gradualmente e a tornar-se visível, independentemente da classe social. Porém, no meio rural, onde se encontra a maior parte da população moçambicana (69,4%) e as mulheres constituem mais da metade dessa população (52,1%), esses programas não se fazem sentir.

Por um lado, a presença da mulher em actividades económicas é mais evidente na agricultura, educação e saúde, contribuindo desta forma para a feminização da força de trabalho no meio rural. Por outro lado, os tabus e os costumes que são regidos culturalmente continuam a perpetuar a figura da mulher na domesticidade.

Em Nacarôa (Namaquetho) verificam-se condicionantes relacionadas com o tempo de acesso às unidades sanitárias que coloca os agregados familiares chefiados por mulheres, com rendimentos baixos, com menos acesso aos cuidados de saúde e, conseqüentemente, com menor qualidade de vida. A ausência de instituições de ensino secundário limita, igualmente, a continuação dos estudos por parte dos agregados familiares de rendimentos mais baixos. Associado a isso, as relações de género, em que predomina a dominação masculina, configuram costumes, tabus e uma divisão sexual do trabalho que mantêm as raparigas mais preocupadas com o casamento e não com a sua formação, contribuindo, assim, para que a mulher prolongue a sua vida no desemprego e não aceda a cargos de chefia (poder político).

No contexto das diversas formas de organização familiar encontradas em Monapo (Itoculo), é notável a luta pela sobrevivência, cabendo à mulher, dentro das suas múltiplas actividades, realizar serviços domésticos e actividades agrícolas, a fim de contribuir para a renda familiar, embora o modelo patriarcal não reconheça a sua contribuição. A mulher é considerada subordinada ao chefe do agregado familiar, que controla o acesso aos poucos recursos existentes. De uma forma geral, existem desigualdades entre homens e mulheres nos agregados familiares chefiados por homens, pelo facto de: a) ser o próprio homem o chefe e não a mulher; b) no processo de tomada de decisão ser o homem quem tem a palavra final; c) haver uma divisão sexual do trabalho em que o homem fica encarregado das actividades que geram rendimento

ou dinheiro; d) no que concerne à terra e ao património construído em conjunto, em caso de separação ou morte, a mulher regressa à sua terra sem nenhum bem; e) ao nível do acesso à escola, a rapariga não é incentivada a continuar os seus estudos, os níveis de abandono escolar são maiores entre as raparigas devido aos casamentos prematuros.

A situação agrava-se para as mulheres em famílias monoparentais, pois perdem a colaboração de um membro adulto (o marido) na geração de rendimento importante para a sobrevivência e reprodução da família. Sem o conhecimento da economia de mercado, dependentes das suas capacidades físicas e do conhecimento do local para a subsistência, elas tornam-se, todavia, invisíveis no seu trabalho.

A pobreza está, de algum modo, associada às desigualdades. Em comunidades com mais pobreza, como é o caso de Nacarôa, em geral os indicadores de desigualdades sociais de género são maiores do que em Monapo, onde as desigualdades de género são menores tendo em consideração as dimensões apresentadas.

Algumas medidas para a redução das desigualdades sociais de género passam por valorizar o papel da mulher na família em todos os campos de desenvolvimento distrital, bem como do País. Só com um diálogo a partir de uma reflexão aprofundada é que se poderá abrir espaço para o reconhecimento da igualdade de direitos.

É preciso incorporar a mulher camponesa nas políticas e nos programas agrícolas, como figura-chave para o desenvolvimento do sector agrícola. Se, por um lado, as leis, que continuam a discriminar a mulher, precisam de ser alteradas, por outro, os passos importantes dados na igualdade do género perante a lei, em teoria, precisam de ser complementados com o acesso à informação, sensibilização do género e uma avaliação da aplicação das leis, com mais incidência em zonas rurais, que é onde se encontra a maioria da população de Moçambique. Deve-se tomar igualmente medidas políticas para reduzir a desigualdade no acesso à saúde, à educação das crianças, ao crédito e à gestão dos recursos. Somente reduzindo as assimetrias é que se conseguirá minorar as desigualdades de género no meio rural em Moçambique.

## REFERÊNCIAS

- Arnaldo, C. *et al.* (2017). *Casamentos Prematuros em Nampula: que distritos estão mais afectados?* Maputo: CEPISA.
- Arnfred, S. (2001). Espíritos ancestrais, terras e alimentos: posse de terra e poder em função de género em Ribaué, província de Nampula. In Rachel Waterhouse & Carin Vijhuizen (eds.), *Estratégias das Mulheres, Provento dos Homens: género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique*, 181-210. Maputo: Livraria Universitária.
- Arthur, M. *et al.* (2011). Antecedentes e contextos da sua aprovação. In *Outras vozes*, 35-36. Maputo: WLSA Moçambique.
- Barro, R. & Lee, J. (2013). A new data set of educational attainment in the world, 1950–2010. *Journal of Development Economics*, Elsevier, 104, 184-198.
- Bourdieu, P. (1998). *A Dominação Masculina*. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand.
- Capaina, N. (2017) Criando capacidades para o desenvolvimento: o género no acesso aos recursos produtivos no meio rural em Moçambique, *Observador* 49. Maputo: Observatório do Meio Rural.
- Casimiro, I. (2008a). As mulheres estão mais livres apesar de trabalharem muito – mulheres camponesas lutam pela dignidade numa aldeia de Moçambique. In *12.<sup>a</sup> Assembleia Geral Governar o Espaço Público Africano*. Yaoundé: Codersia.
- Casimiro, I. (2008b). *Cruzando Lugares, Percorrendo Tempos: mudanças recentes nas relações de género em Angola*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia.
- Casimiro, I. & Souto, A. (2011). *Mulheres em actividades Geradoras de Rendimentos – experiências de Moçambique*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Chambe, M. (2011). Abordagem teórica em torno da pluriactividade: as diversas formas de manifestação nas regiões rurais de Moçambique, 16-30. In *Sociedade e Desenvolvimento Rural*
- Chipembe, C. (dir) (2011). *Mulheres e Homens em Moçambique Indicadores Seleccionados de Género – 2011*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Chipembe, C. (dir) (2015). *Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF 2014/15*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Chissano, J. (2014). Electrificação de vilas-sedes de Nampula: missão cumprida. *Jornal Notícias*, 23 de Abril. Disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/primeiro-plano/14546-asdjvbf.html> (consultado a 30 de Junho de 2017).
- DNAL – Direcção Nacional da Administração Local (2012a). *Perfil do Distrito de Monapo, Província de Nampula*. Maputo: Ministério da Administração Estatal. Disponível em: <http://www.maefp.gov.mz/wp-content/uploads/2017/04/Monapo.pdf>.

- DNAL – Direcção Nacional da Administração Local (2012b). *Perfil do Distrito de Nacarôa, Província de Nampula*. Maputo: Ministério da Administração Estatal. Disponível em: [//www.maefp.gov.mz/wp-content/uploads/2017/04/Nacaroa.pdf](http://www.maefp.gov.mz/wp-content/uploads/2017/04/Nacaroa.pdf).
- Feijó, J. & Agy, A. (2015). Dinâmicas da economia camponesa em zonas de implementação de grandes projecto. In *Sector Familiar e Desenvolvimento em Moçambique*. Maputo: Observatório do Meio Rural.
- Fernando, S. (2013). Distrito de Nacarôa assolado pela fome. @ *Verdade*, 22 de Agosto. Disponível em: <http://www.verdade.co.mz/nacional/39363-distrito-de-nacaroa-assolado-pela-fome> (consultado a 30 de Julho de 2017).
- Geffray, C. (1990). *Nem Pai, nem Mãe*. Lisboa: Ndjira.
- Junod, H. (1996). *Usos e Costumes dos Bantu*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Loforte, A. (2000). *Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique*. Colecção Identidades. Maputo: PROMÉDIA.
- Macore, S. (1992). *Desigualdades Sociais em Saúde em Moçambique*. Nampula: Universidade Pedagógica. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAg6fYAA/desigualdades-sociais-saude-mocambique>.
- Mandamule, U. (2016). Tipologia dos conflitos sobre ocupação da terra em Moçambique. *Observador*, 37. Maputo: Observatório do Meio Rural.
- Moçambique (2010). *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*.
- Mosca, J. (2016). Políticas públicas, desigualdades sociais e territoriais. In *Políticas Públicas e Agricultura em Moçambique*, 52-93. Maputo: Escolar Editora.
- Negrão, J. (2006). *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana*. Maputo: Texto Editores.
- Osório, C. (2006). Sociedade matrilinear em Nampula: estamos a falar do passado. *Outras vozes*, 16, 9-13. Maputo: WLSA Moçambique. Agosto de 2006.
- Osório, C. (2010). *Género e Democracia: as eleições de 2009 em Moçambique*, 1-234. Maputo: WLSA Moçambique.
- Osório, C. & Macuácuá, E. (2015). *Participação Política de Mulheres e Homens em Contexto Eleitoral*. Maputo: WLSA Moçambique.
- Osório, C. & Silva, T. (2008). *Buscando Sentidos*. Maputo: WLSA Moçambique.
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2014). *Relatório do Desenvolvimento Humano, 2014. Sustentar o progresso humano, reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência*.
- Sarmiento, E. (2011). *O Papel da Mulher no Desenvolvimento: caso de Moçambique*. Madrid, Espanha.
- SDAE – Serviços Distritais das Actividades Económicas (2017). *Informação sobre Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e Recursos Minerais*. Nampula: governo do distrito de Monapo.

- SDPI – Serviço Distrital de Planeamento e Infra-Estrutura (2017). *Banco de Dados do SDPI*. Nampula: governo do distrito de Nacarôa.
- Valá, S. (2006). Desenvolvimento agrário e papel da extensão rural no Chokwé (1950-2000). In *Conflitos de Interesses entre o Estado e os Agricultores?*, 1-239. Maputo: CEDIMA.
- Waterhouse, R. & Vjhuizen, C. (2001). Introdução: estratégias das mulheres, proveito dos homens: género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique. In *Estratégias das Mulheres, Proveito dos Homens: género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique*, 5-34. Maputo: Livraria Universitária.
- Zimba, B. (2002). Identidade feminina e construção da paz em Moçambique, 1992-2002. In Brazão Mazula (ed.), *Moçambique, 10 anos de paz*. Maputo: CEDE.